



Análise Da Gestão Através Do Plano De Manejo: Um Estudo De Caso Do Parque Nacional De Brasília

Resumo: Este trabalho trata-se de uma pesquisa sobre o Parque Nacional de Brasília (PNB), mais conhecido como “Água Mineral”, onde o objetivo principal é analisar sua gestão e plano de manejo e os principais problemas que o parque enfrenta, e tem como objetivo final identificar o modo como o parque está sendo administrado e se essa administração vem trazendo resultados positivos e satisfatórios. Neste artigo, é apresentada uma revisão teórica sobre unidades de conservação, parques, gestão e uso turístico recreativo. Como resultados, apresenta-se a partir das análises que diversos objetivos do PNB não são seguidos corretamente de acordo com o que está no Plano de Manejo.

Palavras-chave: Análise; Gestão; Plano de Manejo; Parque Nacional de Brasília.

Abstract: This work is a research on the National Park of Brasilia (GNP), better known as "Mineral Water", where the main objective is to analyze its management and plan of handling and the main problems that the park faces, and has as final objective Identify the way the park is being administered and whether this administration has brought positive and satisfactory results. In this article, a theoretical review is presented on conservation units, parks, management and recreational tourist use. As a result, it is presented from the analyses that several GNP objectives are not properly followed according to what is in the management plan.

Key-Words: Analyze; Management; Management Plan; National Park of Brasilia.

INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação (UC) foram criadas para resguardar e conservar áreas naturais, que a partir da Revolução Industrial, passaram a ser modificadas. As UCs garantem (ou têm o objetivo de garantir) a manutenção do equilíbrio ecológico e biodiversidade com o mínimo impacto possível. Elas possuem objetivos de proteção diversificados, sendo divididas então, por dois grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável.

O Parque Nacional é uma categoria do grupo de proteção integral e tem como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. É possível realizar pesquisas científicas e desenvolver atividades de educação ambiental e de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico dentro dos parques nacionais, sendo que, estes são de domínio público e as áreas particulares que estão em seus limites precisam ser desapropriadas. A visitação pública fica a critério do plano de manejo do parque. (UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL).



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

Será abordado neste artigo o Parque Nacional de Brasília (PNB), discutindo assim, sua gestão e principais problemas enfrentados pelo parque. O PNB surgiu com a necessidade de se proteger as espécies da fauna e flora, proteger os recursos genéticos do cerrado, garantir a proteção das áreas de recarga dos recursos hídricos e promover a identificação, conscientização e valorização do PNB pela população do Distrito Federal, através de práticas de Educação Ambiental.

Paralelo à justificativa de seu surgimento, o parque enfrenta problemas, como: desequilíbrio de fauna, contaminação de água, ausência de projetos para EA, entre outros. Deste modo, o objetivo deste artigo é discutir esses problemas retratando a gestão e plano de manejo do parque, tendo como objetivo final caracterizar/identificar a maneira que o parque é administrado e se esta administração tem trazido resultados satisfatórios.

O objeto de estudo é conhecido pelo apelido de “água mineral”, e se localiza no Noroeste do Distrito Federal, e engloba as regiões administrativas de Brasília - DF, Sobradinho – DF, Brazlândia - DF e Padre Bernardo, município goiano. O parque foi criado pelo Decreto Federal n.º 241, em 29 de novembro de 1961, com cerca de 30 mil hectares, o Parque Nacional de Brasília teve seus limites redefinidos pela Lei Federal nº 11.285 de 08 de março de 2006 passando a possuir uma área de 42.389,01 hectares. (ICMBio). Suas piscinas naturais são a principal atração do parque e se formaram a partir dos poços de água, que nasceram às margens do Córrego Acampamento, pela extração de areia feita antes da implantação de Brasília. O parque também protege ecossistemas típicos do Cerrado do Planalto Central e comporta as bacias dos córregos formadores da represa Santa Maria, que é responsável pelo fornecimento de 25% da água potável que abastece a Capital Federal.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Unidades de Conservação

De acordo com a União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) pode-se definir unidades de conservação, como:

"uma área de terra e/ou mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e de seus recursos naturais e culturais associados e



manejada através de instrumentos legais ou outros meios efetivos" (IUCN, 1994)." (ARAÚJO, 2012, p. 25).

Percebe-se então, a importância das UCs nas localidades de ambientes naturais, pois é um benefício não só para o presente como um bem futuro, além de ser essencial a continuidade da diversidade biológica e ainda, dos recursos naturais localizados nesses meios, além disso, esses ambientes são importantes para a evolução natural e resiliências de outros espaços.

As unidades de conservação possuem o objetivo de preservar ambientes naturais e impedir a alteração desses espaços. Elas também possuem um papel muito importante em relação à comunidade local, isso porque podem ser vistas como serviço público que o governo deve oferecer para sociedade, é nesse ponto que se encontra um dos motivos de ser tão importante a preservação desses recursos, pois por vezes, a unidade é responsável pelo desenvolvimento local da região.

Parques

Com o objetivo de proteger e preservar as grandes áreas naturais, a fauna e a flora, surgiu os denominados parques nacionais, os quais possibilitam a “proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e fauna de importância nacional” (ARAÚJO, 2012, p.39). Obteve-se então uma perspectiva de conscientização humana ao ambiente natural, que segundo Araújo (2012) começa-se a despertar o olhar das pessoas para a conservação, o homem tomou consciência que os recursos naturais são de grande importância para o futuro da humanidade.

Os parques nacionais são áreas administradas direta ou indiretamente pelo Estado, destinadas à conservação e preservação dos ecossistemas. Possibilitam a realização de pesquisas científicas, atividades educacionais e de interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico, permitindo um contato maior com a natureza. Além de serem locais de preservação, possuem objetivos voltados ao lazer e contemplação, funcionando como um mecanismo para a sensibilização.

A propagação da atividade turística no ambiente dos parques nacionais é uma opção para incentivar a preservação dos ecossistemas, podendo ser realizado por meio



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

de visitas que estimulam uma consolidação de uma cultura de responsabilidade de conservação as áreas protegidas.

Em relação ao que foi mencionado, pode-se destacar o PNB, que carrega o objetivo de incentivar a pesquisa científica, o lazer à população e a proteção da natureza. Apresentando como atrações diversos tipos de vegetação como: a mata de galeria pantanosa, mata de galeria não pantanosa, vereda, cerrado sensu stricto, cerradão, mata seca, campo sujo, campo limpo, campo rupestre, campo úmido e campo de murundus. Possui uma fauna abundante e diversificada composta por espécies raras ou ameaçadas de extinção, tais como: lobo-guará, tatu-canastra, tamanduá-bandeira, jaguatirica, entre outras.

Uma das principais atividades do PNB são as piscinas, áreas nas quais é possível realizar a observação de vários animais e plantas do cerrado. O parque oferece a possibilidade de caminhadas e trilhas, proporcionando o lazer e incentivando a educação ambiental. É importante os parques trazerem propostas de conscientização para população, para obter desta forma, a conservação do ambiente natural através do uso sustentável.

Gestão

As unidades de conservação no Brasil possuem diferentes tipos de modelos de gestão, entre elas encontra-se a gestão estatal, que pode ser executada por órgãos da administração direta e de entidades de administração indireta, como por exemplo: as autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedade de economia mista. Já os modelos de gestão não estatal são baseados no compartilhamento de direitos e deveres entre o governo e um parceiro privado, contratos de concessões de atividades, como por exemplo: Organizações Sociais (OS), Organizações as sociedade civil de interesse público (OSCIP) e Entidades privadas colaborativas.

O principal instrumento de gestão de uma UC é o denominado Plano de Manejo ou Gestão, que define quais os resultados significativos a serem buscados no planejamento, estabelece as atividades que são possíveis de seres realizadas na UC e onde elas podem ser realizadas (zoneamento). O zoneamento é um instrumento de



ordenamento territorial e seu objetivo é organizar espacialmente uma UC em parcelas, denominadas zonas, que demandam distintos graus de proteção e intervenção. Contribuindo para que a unidade cumpra seus objetivos específicos de manejo, a lei nº 9.985/2000 que instituiu o SNUC o Decreto nº 4.340/2002 que o regulamentou, estabelecem dois instrumentos obrigatórios para apoiar a gestão de uma unidade de conservação:

- Plano de Manejo que contemple o diagnóstico, o zoneamento e os programas de manejo.
- Conselho Gestor de acordo com as categorias das unidades de conservação.

Para que os objetivos de uma unidade de conservação sejam alcançados, o plano de manejo é um instrumento de grande importância, e: [...] é definido na lei do SNUC como documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Os dois principais produtos gerados no plano de manejo são o zoneamento e os programas de manejo. (ARAÚJO; CABRAL; MARQUES, 2012, p. 197). Desta forma, nota-se a relevância desse instrumento de apoio à gestão, pois por meio de um plano de manejo faz-se a manutenção, conservação e preservação dos recursos naturais, e ainda serve como espécie de guia para que se possam atingir os objetivos propostos pela UC.

Desta forma, o zoneamento e os programas de manejo se mostram essenciais, pois contribuem para que se atinjam os resultados esperados e pré-estabelecidos durante a elaboração do documento. Mesmo sabendo-se da necessidade de um plano de manejo para gestão de unidades de conservação, muitas ainda não possuem ou não utilizam de fato, o que dificulta a gestão e conservação dos recursos naturais e ocasionam em problemas como, por exemplo, segundo Santos (2011), a falta de planejamento, complicações à população local devido ao fato de limitar o desenvolvimento sustentável, entre outros. Outro fator, é que muitas UCs que utilizam essa forma de gestão não o reelaboram de cinco em cinco anos, e o documento acaba se tornando obsoleto, sem informações recentes, ocasionando em mais problemas. Podemos citar



como exemplo, o Parque Nacional de Brasília, que possui plano de manejo, porém o mesmo foi elaborado em 1998, ou seja, com quase duas décadas passadas muitos elementos mudaram, fazendo com que o documento não passe informações certas, devido ao tempo de realização.

As diretrizes gerais que embasam a gestão de unidades de conservação no Brasil têm forte influência americana, pois no final da década de 1960, diversos técnicos brasileiros ligados a essa temática viajaram para os Estados Unidos.

Uso Turístico Recreativo

O uso público nas áreas naturais protegidas tem crescido muito, o que trouxe implicações ambientais, econômicas e também sociais. Para planejar o uso nesses espaços, acomodar o grande crescimento da visitação pública e manter a conservação dos recursos naturais ao mesmo tempo, os profissionais da área têm enfrentado constantes desafios.

As atividades de recreação ao ar livre ainda não são totalmente exploradas de forma adequada no Brasil, mas os apelos ao ecoturismo e à visitação pública em unidades de conservação como parques nacionais, têm crescido muito nos últimos anos. Muitas unidades de conservação se depararam com o crescimento do fluxo de visitantes devido ao fato das oportunidades recreativas disponíveis nesses locais, e segundo Barros (2003), o que há 30 anos era uma minoria especializada, hoje é uma massa crescente em busca dessas atividades, como caminhadas, escalada, canoagem, acampamento, entre outros. Porém, esse aumento de fluxo de visitantes nessas áreas acarreta num certo cuidado, ou seja, passa a ter uma necessidade de adequação dessas unidades de conservação para receber esse uso, através de ações de planejamento e também de manejo. Entre elas está a alternativa destinada a lidar com os impactos que essa visitação pode trazer ao meio ambiente, aos processos naturais e até mesmo à experiência do turista.

Cifuentes et al (2000) apud. Araújo (2012) relatam que as contribuições das unidades de conservação para o bem-estar da sociedade incluem o fornecimento de



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

algumas oportunidades para o desenvolvimento das comunidades locais, pesquisa científica, educação, capacitação, recreação e turismo. De acordo Wallce (1997) e Driver et al. (1990), existem vários valores associados ao estabelecimento de áreas naturais protegidas, e o valor recreativo é um deles, já que a natureza é um componente de extrema importância em programas que visam o desenvolvimento do caráter e da qualidade de vida das pessoas.

No Brasil, o IBAMA deu o conceito de uso público como as atividades educativas, recreativas e também de interpretação ambiental realizadas com o contato com a natureza, de acordo com o que diz o plano de manejo das unidades de conservação, e o objetivo principal é dar ao visitante a oportunidade de conhecer os atributos ambientais protegidos pela unidade de conservação. Porém, de acordo com (IBAMA, 2002a), o uso público pode acontecer nas áreas naturais privadas também. E é de suma importância ressaltar que a prática de atividades de turismo de aventura em unidades de conservação depende de muitos critérios, dentre eles, os apresentados na legislação pertinente, e na maioria dos casos a prática é permitida apenas em lugares específicos, conforme diz o Plano de Manejo da unidade em questão. (BRASIL, 2008).

O Parque Nacional de Brasília é uma das principais opções da região para se conhecer os valores naturais do Cerrado e também realizar atividades de recreação. O parque conta com duas piscinas de água corrente, onde são realizadas as principais práticas recreativas como, natação e trekking, ou até piquenique em família. O parque também conta com trilhas interpretativas e centro de visitantes, a barragem artificial do Córrego Acampamento e suas redondezas são utilizadas tanto para práticas de treinamentos militares como para recreação de banhistas.

A área agrega ao parque vários ambientes, como: vales escarpados, cachoeiras, nascentes, rios e matas, possibilita também a conexão com fragmentos do cerrado ativo, que são essenciais componentes de corredores ecológicos e intercâmbio genético das espécies de fauna e flora, além de ser um fornecedor de novas opções para o uso público.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Enquanto procedimentos metodológicos foi realizado um levantamento bibliográfico e documental, com a finalidade de alcançar todos os objetivos desta pesquisa.

Inicialmente, buscou-se entrar em contato com o PNB através de e-mail e telefone, realizando assim, uma pesquisa qualitativa, que de acordo com Creswell (2010), é o tipo de pesquisa de caráter exploratório, porém não obteve-se resultados. Posterior a isso, foi realizada uma pesquisa documental, onde analisou-se o plano de manejo do parque identificando os principais elementos que determinaram sua fundação. Para finalizar, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e eletrônica com o intuito de apresentar os principais problemas que o parque enfrenta e como eles se contrapõem ao que é colocado como ‘objetivos do parque’.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como resultados apresenta-se que foram coletados alguns dados a partir de análises baseadas em notícias e no plano de manejo do parque, esses dados constataam que muitos dos objetivos do PNB não são seguidos da maneira como estão relatados no instrumento de gestão, trazendo algumas contradições do que realmente deveria ser cumprido, então neste tópico busca-se apresentar os resultados encontrados, onde mostra-se os objetivos que trazem essa contradição.

De acordo com o plano de manejo do parque um dos objetivos é “proteger a fauna, flora e recursos genéticos do cerrado” e “proteger as espécies da fauna e flora, com especial atenção àquelas raras, endêmicas e ameaçadas de extinção que ocorrem no interior do PNB”, porém, um desafio que o parque tem enfrentado é a invasão de cães semi domesticados que se unem a outros animais do local ocasionando em desequilíbrio da fauna, isso porque passam a competir por alimento no território, atacando espécies que são protegidas pelo parque, e até mesmo espécies que se encontram em extinção. Além disso, esses cães transmitem doenças para espécies que vivem no entorno do parque, segundo a gestora do parque, Daniela (2016), algumas delas, como a parvovirose, são fatais.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

Esses errantes, como são chamados os cães selvagens, são atraídos pelo aterro que se encontra nas proximidades do parque, que surgiu em 1960, um ano antes da fundação do PNB. Conforme o Governo de Brasília (2017) este aterro está na lista dos 50 maiores lixões a céu aberto do mundo. Vale salientar que o ICMBIO multou o serviço de limpeza urbana – SLU, do Governo do Distrito Federal (GDF) com uma multa de R\$ 9.000.000,00 para o SLU, e de R\$ 4.000.000,00 para o valor ambiental. O motivo foi:

[...] os danos ambientais causados pelo Lixão ao Parque Nacional, unidade de conservação federal que fica ao lado do aterro e tem como um de seus principais objetivos preservar mananciais de água que abastecem parte da população de Brasília. (OBSERVATÓRIO ECO DIEREITO AMBIENTAL, 2011).

Esses danos afetam a fauna e a flora, prejudicando assim o meio físico, como solo, água e ar, e a qualidade de vida dos moradores da região. O principal impacto acaba sendo nos recursos hídricos, devido ao chorume que escoar e acaba atingindo e contaminando as águas superficiais e subterrâneas.

Esses problemas que atingem os recursos hídricos do parque se contrapõem com o que diz o plano de manejo, um dos objetivos é “Garantir a proteção das áreas de recarga dos recursos hídricos das sub-bacias do Torto e Bananal localizadas no PNB” e “Contribuir para conservar o sistema do manancial hídrico Santa Maria/Torto, responsável pelo abastecimento de Brasília, protegendo a bacia hidrográfica, evitando a erosão e o assoreamento do reservatório”. Segundo o ICMBio, são realizados testes periódicos da água mineral que abastecem as duas piscinas do parque, que atestam sua boa qualidade e as condições adequadas para banho, porém, essa mesma água já foi adequada para consumo, e hoje limita-se a apenas banhos.

Outro objetivo que se encontra no plano de manejo do PNB é de “promover a identificação, conscientização e a valorização do parque pela população do Distrito Federal, através de práticas de Educação Ambiental”. De acordo com a gestora do PNB, Daniela, é necessário ter uma maior participação da população local para que a conservação de fato aconteça. Porém, nos dias de maior fluxo de visitação ao parque, que acontecem nos finais de semana, o centro de educação ambiental se encontra fechado impossibilitando o aprendizado que essas pessoas precisariam obter.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

Dessa forma, é perceptível compreender que o parque se comprometeu através do plano de manejo, a realizar diversas ações para atingir os objetivos de conservação, todavia, têm se deparado com inúmeros contratempos totalmente opostos ao sugerido pelo plano. Entende-se assim, que a gestão não tem realizado suas propostas e isso reflete nos presentes problemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar as contradições encontradas nos objetivos do Parque Nacional de Brasília, diante da pesquisa pode-se concluir que o mesmo possui uma gestão estatal e uma administração que não satisfatoriamente cumpre o que está proposto em seu plano de manejo, que inclusive foi executado há muitos anos atrás, acarretando em todos os problemas e contradições mencionados nesta pesquisa.

Através dos resultados encontrados é possível afirmar que o Plano de Manejo do PNB precisa, impreterivelmente, passar por atualizações, pois foi executado a muito tempo atrás. Essas atualizações necessitam ser realizadas a fim de uma melhora na gestão e administração do parque, para que assim os objetivos possam ser alcançados, a conservação e bom uso do espaço possam ocorrer, e que essas mudanças acarretem em resultados mais positivos sobre a gestão do parque.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. Unidades de conservação no Brasil: A história de um povo em busca do desenvolvimento e da proteção da natureza. In: NEXCUS (Org.). **Unidades de conservação no Brasil: O caminho da gestão para resultados.** São Carlos: Rima Editora. 2012, p. 51-110.

ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. Unidades de conservação: Importância e história no mundo. In: NEXCUS (Org.). **Unidades de conservação no Brasil: O caminho da gestão para resultados.** São Carlos: Rima Editora. 2012, p. 25-50.

BARROS, M.I.A. **Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do Planalto do Parque Nacional do Itatiaia.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

BRASIL. Ministério do Turismo e Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura – ABETA. **Diagnóstico do turismo de aventura no Brasil. Ministério do Turismo.** Brasília, Setembro de 2008. Disponível em: <http://www.abeta.com.br/pt-br/pgn.asp?id_pg=61&nivel=1>. Acesso em: 19 de jun. 2017.

CRESWELL, J. W. Métodos Quantitativos. In: _____. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto.** 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 177- 205.

GOVERNO DE BRASÍLIA. **Governo de Brasília desativará lixão da Estrutural até outubro.** Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2017/05/10/governo-de-brasilia-desativara-lixao-da-estrutural-ate-outubro/>>. Acesso em 26 de Junho de 2017.

IBAMA. **Plano de Manejo Parque Nacional de Brasília.** Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PARNA%20Brasilia.pdf>>. Acesso em 20 de Junho de 2017.

ICMBioMinistério do Meio Ambiente. **Parque Nacional de Brasília.** Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/213-parque-nacional-de-brasilia.html>>. Acesso em: 16 jun. 2017

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Parque de Brasília abrirá trilha para ciclistas.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=1455>>. Acesso em 26 de Junho de 2017.

O GLOBO. **Piscina de problemas no coração do cerrado.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/piscina-de-problemas-no-coracao-do-cerrado-9048152>>. Acesso em 26 de Junho de 2017.

OBSERVATÓRIO ECO - DIREITO AMBIENTAL. **Brasília é multada por manter lixão ao lado de parque nacional.** Disponível em: <<https://observatorio-eco.jusbrasil.com.br/noticias/2522176/brasilia-e-multada-por-manter-lixao-ao-lado-de-parque-nacional>>. Acesso em 26 de Junho de 2017.

SANTOS, J. S. C.; CARVALHO, M. C. M. H. **Turismo em Parques Nacionais Brasileiros: Conhecer para Conservar.** Disponível em <http://www.uff.br/var/www/htdocs/usopublico/images/Artigos/2015/art18_2015.pdf>. Acesso em 17 de Junho de 2017.

Unidades de Conservação no Brasil. **Parques.** Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/prote%C3%A7%C3%A3o-integral/parques.>>. Acesso em: 16 jun. 2017